

Associação Empresarial de Lisboa organiza sessão sobre programas de apoio e incentivos às empresas

Garantia mútua facilita acesso das PME ao crédito

Os tempos são de crise, mas nada está perdido. Afinal, as empresas, os empresários podem sempre fazer uso de um conjunto diversificado de apoios e incentivos. Foi esta a mensagem que a Associação Empresarial da Região de Lisboa (AERLIS) tentou passar a quem esteve presente numa sessão que organizou sobre o assunto. Um exemplo? A garantia mútua. Como referiu o director comercial da Lisgarante, António Tavares, este mecanismo pode facilitar o acesso das PME ao crédito.

Como empresário, o que posso fazer para financiar a minha empresa? Ora, recorrer aos diversos apoios e incentivos que o mercado tem para oferecer. Disto deu conta, recentemente, a Associação Empresarial da Região de Lisboa (AERLIS) numa sessão que contou com personalidades de vários quadrantes.

Um deles é, sem dúvida, a garantia mútua. O director comercial da Lisgarante – uma das sociedades da SPGM –, e um dos oradores deste evento, António Tavares, assegura, desde logo, que este mecanismo “facilita” o acesso das PME ao crédito.

Mas não só. Há outras vantagens e este responsável fala ainda da obtenção por parte das empresas “de melhores condições de financiamento”, sendo ainda possível ter acesso a garantias ‘on first demand’, igual ao que se passa nos bancos de primeira linha. E como é que tudo isto se passa na prática? Ora, aqui, as soluções da Lisgarante são diversas: desde as tradicionais garantias a empréstimos, passando pelos investimentos ligados aos incentivos públicos – é o caso do QREN –, pelos programas de apoio às empresas que estão a começar ou possuem o estatuto de PME líder e indo até às linhas PME Investe. Uma área onde a Lisgarante promete, por exemplo, isenção de comissões e uma maior rapidez de resposta.

E quando se fala em linhas PME Investe, neste caso PME Investe III, fala-se de bancos. O que há dizer sobre o assunto? Sem termos a pretensão de dar conta de todos os detalhes, recordamos os valores em causa: temos as linhas destinadas às empresas do sector exportador – o seu valor vai até aos 500 milhões de euros –, do sector automóvel, até 200 milhões de euros, do turismo (até 500 milhões de euros). E ainda as linhas que visam apoiar as micro e pequenas empresas que vão, até aos 600 milhões de euros.

Mas há muito mais para dizer quando o assunto são os apoios e incentivos às empresas, em particular, se estas estiverem ligadas ao turismo.



O POPH aprovou já, no âmbito dos seus três principais eixos, 4868 candidaturas, revela Domingos Lopes, o representante deste programa operacional na sessão da AERLIS

O crédito ao investimento no turismo

Luís Coito do Instituto de Turismo lembra a quem esteve, nesta sessão da AERLIS, a linha de crédito que está aí à disposição de quem quer investir. Esta, como referiu, foi “criada em parceria com o sector financeiro e visa apoiar projectos turísti-

cos que contribuam para o aumento da qualidade, inovação e competitividade” do sector. Há, contudo, um pormenor importante a ter em consideração: estes terão que ser concebidos em função das prioridades definidas pelo Plano Estratégico Nacional do Turismo, o chamado PENT. Em relação aos beneficiários, o leque é vasto: empresas de qual-

quer natureza e forma jurídica que cumpram os requisitos atrás mencionados. A excepção são empresas de grande dimensão que pretendam desenvolver investimentos no concelho de Lisboa. O orçamento? Nada mais nada menos do que 60 milhões de euros.

SANDRA RIBEIRO
sandraribeiro@vidaeconomica.pt

AS MEDIDAS QUE FOMENTAM O EMPREGO

O que se pode fazer contornar o desemprego? Desde logo fomentar a contratação dos mais novos, através de medidas de promoção de estágios profissionais. Vamos, aqui, dar destaque ao INOV-Jovem. Quem são os destinatários? A convidada da AERLIS para falar sobre o assunto, Beatriz Antunes da delegação regional de Lisboa e Vale do Tejo do IEFP, fala de três coisas essenciais: estar desempregado, à procura do primeiro ou de um novo emprego, possuir uma qualificação de nível superior e idade, até aos 35 anos.

E para aqueles que queiram aventurar-se no mundo das empresas, há sempre o capital de risco. Um entendido no assunto, um dos administradores da Inovcapital – uma sociedade ligada a este sector –, Rui Moura fala de algumas das vantagens deste mecanismo. Segundo ele, o capital de risco não só “dá às empresas uma estrutura financeira que lhes permite projectar todo o seu potencial como também possibilita um acompanhamento activo e focalizado do seu sucesso”.

OS INCENTIVOS LIGADOS AO PROGRAMA OPERACIONAL POTENCIAL HUMANO

Uma sessão com estas características não ficaria completa se o QREN ficasse de fora. Vamos deter-nos um pouco mais sobre o Programa Operacional Potencial Humano (POPH). Domingos Lopes, o responsável que falou sobre o assunto, dá conta de uma estrutura de sucesso – esta composta por três eixos prioritários: o Formação – Acção PME, o Formação para a Inovação e Gestão e ainda o Empreendedorismo no Feminino –, onde já foram aprovadas um total de 4868 candidaturas. Os montantes aprovados, esses, são também eles significativos: 80 milhões de euros para o primeiro eixo, mais de 54 milhões para o segundo e 2,3 milhões para o terceiro.

E já que estamos a falar de apoios públicos, convém lembrar o Sistema de Incentivos a Projectos de Modernização do Comércio (MODCOM). Este dirige-se às micro e pequenas empresas, claro

está, do comércio, e divide-se em três áreas fundamentais: são elas os projectos empresariais autónomos de pequena dimensão, os projectos de promoção comercial dos centros urbanos e ainda os projectos empresariais integrados. Sobre estes, porque poderão suscitar algumas dúvidas, aqui fica a explicação: trata-se de uma acção dentro do MODCOM que visa unir aquilo que está separado. A ideia é uma só: criar massa crítica que possa ter um efeito multiplicador junto de outras realidades, de outras empresas. Falemos dos números. Estamos perante um sistema de incentivos, cuja taxa e apoio vai até aos 50% das despesas elegíveis, sendo que cada projecto não pode ultrapassar um máximo de 50 mil euros. A dotação orçamental global, essa, chega aos 25 milhões de euros. A Lisboa e Vale do Tejo cabe a maior fatia com 10,2 milhões de euros logo seguida pelo Norte com 7,3 milhões.

Revisão do Código do Trabalho é tema de conferência

O Grupo Editorial da Vida Económica, em parceria com o Gabinete de Advogados António Vilar & Associados, organiza, no Porto e em Lisboa, na segunda quinzena do mês de Março, duas importantes conferências sobre a revisão do Código do Trabalho (Lei n.º 7/2009 de 12 de Fevereiro de 2009). Para mais informações contactar 22 339 94 68 ou ti@vidaeconomica.pt.

Linha de apoio ao seguro de crédito em aberto

Estão abertas as candidaturas para adesão à Linha de apoio ao crédito comercial para Portugal e restantes países da OCDE, no montante de mil milhões de euros. Metade deste valor é garantido directamente pelo Estado, através das sociedades de garantia mútua (SGM), e o restante pelas seguradoras. Esta Linha foi agora disponibilizada pela COSEC, Credito y Caucion, Cesce, Coface e Mapfre.

www.audico.pt
audico@audico.pt

TEL. 808 200 055

PORTO
BARCELOS

CONTABILIDADE
CONSULTORIA
IRC IRS IVA
PROJECTOS

20.º
aniversário

DE INVESTIMENTO

audico

AUDITORIA, CONTABILIDADE E GESTÃO EMPRESARIAL, LDA.